



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

**1 – DEFINIÇÃO DO OBJETO:**

- 1.1** Contratação de empresa para prestação de serviços de coleta seletiva de recicláveis e de coleta de lixo/resíduos orgânicos gerados em 03 (três) sedes do Crea-SP, incluindo o fornecimento de recipientes de armazenamento adequado para cada tipo de lixo e espaço disponível e demais insumos que se fizerem necessários, conforme especificado neste termo de referência.
- 1.2** As coletas de resíduos deverão ocorrer periodicamente além de ser transportadas por veículo apropriado (artigo 13 do Decreto nº 58.701/19), e direcionadas para locais próprios de entrega, bem como os materiais recicláveis, conforme informado na tabela 01.
- 1.3** Trata-se de serviço comum, de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.
- 1.3.1** A empresa deverá realizar estudo de fornecimento de recipientes de armazenamento adequado para cada tipo de lixo e espaço disponível para a implantação que será realizado pela empresa contratada em cada sede do Conselho, adequando ao espaço fornecido para implementação.
- 1.4** As quantidades estimadas no presente termo de referência foram definidas com fim de atender a atual estrutura administrativa das 3 Sedes dos Crea-SP, localizadas na Capital e suas necessidades de acordo com as características de cada uma, conforme demonstrado nas tabelas abaixo:

**Tabela 01**

**LOCAIS DA COLETA**

<b>Local 1:</b> Sede Faria Lima, localizada na Av. Brigadeiro Faria Lima, 1059 – Pinheiros – São Paulo/SP.	<b>Local 2:</b> Sede Nestor Pestana, localizada na Rua Nestor Pestana, 87 – Consolação – São Paulo/SP.	<b>Local 3:</b> Sede Barra Funda, localizada na Rua José Gomes Falcão, 120 A/B – Barra Funda - São Paulo/SP.
Estimados em 320 funcionários.	Estimados em 30 funcionários.	Estimados em 15 funcionários.
20 andares	01 andar	01 andar (com área total do terreno 10.269m)
<b>1) Peso estimado de retirada de material orgânico/não reciclável:</b>		
<b>21.250 L / semana</b>	<b>1.250 L / semana</b>	<b>25.000 L / semana</b>
<b>85.000 L / mês</b>	<b>5.000 L / mês</b>	<b>10.000 L / mês</b>
As coletas do lixo comum serão feitas <b>05 (cinco) vezes por semana</b> , com veículo próprio da contratada, no horário entre 08:00h e 18:00h.	As coletas do lixo comum serão feitas <b>03 (três) vezes por semana</b> , com veículo próprio da contratada, no horário entre 08:00h e 18:00h.	As coletas do lixo comum serão feitas <b>02 (duas) vezes por semana</b> , com veículo próprio da contratada, no horário entre 08:00h e 18:00h.

**Peso estimado de retirada de Resíduo Classe I**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

<b>2) Pilhas / Baterias e Resíduos Tecnológicos/lixo eletrônico</b>		
<b>06 kg / mês</b>	<b>Não há retirada</b>	<b>Não há retirada</b>
<b>3) Lâmpadas fluorescentes</b>		
<b>50 unidades / mês</b>	<b>Não há retirada</b>	<b>Não há retirada</b>
As coletas de Resíduo Classe I será realizada sob demanda, conforme necessidade do Crea-SP, com estimativa de retirada 01 (uma) vezes por semana, com veículo próprio da contratada, no horário entre 08:00h e 18:00h.		
<b>4) Peso estimado de retirada de material reciclável:</b>		
<b>260 kg / semana</b>	<b>65 kg / semana</b>	<b>43 kg / semana</b>
<b>1.300 kg / mês</b>	<b>325 kg / mês</b>	<b>215 kg / mês</b>
As coletas do lixo reciclável serão feitas <b>03 (três) vezes por semana</b> , com veículo próprio da contratada, no horário entre 08:00h e 18:00h.	As coletas do lixo reciclável serão feitas 01 ( <b>uma</b> ) <b>vez por semana</b> , com veículo próprio da contratada, no horário entre 08:00h e 18:00h.	As coletas do lixo reciclável serão feitas <b>01(uma) veze por semana</b> , com veículo próprio da contratada, no horário entre 08:00h e 18:00h.
<b>Quantidades mínimas estimadas de material/equipamento:</b>		
<b>5) SACOS DE 100 LITRO PARA MATERIAL ORGÂNICO/NÃO RECICLÁVEL (MENSAL)</b>		
aprox. 850 sacos	aprox.50 sacos	aprox.100 sacos
<b>6) SACOS DE 100 LITROS PARA MATERIAL RECICLÁVEL (MENSAL)</b>		
aprox. 43 sacos	aprox. 15 sacos	aprox. 10 sacos
<b>7) FORNECIMENTO DE RECIPIENTES DE ARMAZENAMENTO ADEQUADO PARA CADA TIPO DE LIXO E ESPAÇO DISPONÍVEL</b>		
<b>07 unidades</b>	<b>04 unidades</b>	<b>03 unidades</b>
<b>Observações</b>		
1. Os serviços de coleta deverão ser feitos de forma alternada entre os dias e o tipo de resíduos, devendo quando da assinatura do contrato, a empresa apresentar cronograma detalhado para a execução dos serviços.		
2. Os resíduos tipo classe I retirado das sedes do Crea-SP deverá ser entregue na sede de cooperativa ou associação de catadores de materiais recicláveis, formalmente constituída, nos termos do artigo 3º do Decreto 10.936/2022. Na ausência dessas entidades, o valor correspondente deverá ser abatido na Nota Fiscal/Fatura.		
1.5 O prazo de execução do contrato será de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado consecutivamente no período máximo decenal, conforme disposto no artigo107 da Lei nº 14.133/21.		
<b>2 – JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:</b>		
2.1 Justifica-se a presente contratação, tendo em vista que as sedes Faria Lima, Nestor Pestana e Barra Funda se enquadram como Grandes Geradores de Resíduos Sólidos (RGG), ou seja,		



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

gerando mais de 200 litros por dia, conforme inciso II do artigo 22 da Lei Municipal Nº 13.478/2002.

**2.2** Ainda, cabe esclarecer que conforme artigo 141 da Lei Municipal Nº 13.478/2002, os grandes geradores ficam responsáveis pela contratação de prestadores de serviço autorizados para a coleta, transporte, tratamento e destinação dos seus resíduos gerados. Esta coleta faz-se necessária em vista aos riscos de contaminação à flora, fauna, solo e mananciais de água resultantes da destinação inadequada dos referidos resíduos, os quais têm potencial para colocar em risco a saúde de pessoas e impactar permanentemente o meio ambiente, dada a toxicidade das substâncias presentes nos rejeitos a serem tratados (que podem ser inflamáveis, corrosivos, tóxicos, reativos, cancerígenos, teratogênicos e outros).

**2.3** Deverá ser observado ainda a Lei nº 16.871/18, cujo o objetivo é alteração dos dispositivos da [Lei nº 13.478, de 30 de dezembro de 2002](#), e da [Lei nº 15.244, de 26 de julho de 2010](#).

**2.4** Por fim, a contratação em tela deverá estar de acordo com o artigo 6º a 19 do Decreto nº 58.701/19 e suas alterações.

#### **3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO:**

**3** A solução encontrada para o descarte de resíduos sólidos (lixo orgânico/não reciclável, recicláveis e Pilhas, baterias e lixo eletrônico) das sedes Faria Lima, Nestor Pestana e Barra Funda, é a contratação de empresa especializada em prestação de coleta seletiva de recicláveis e de coleta de lixo/resíduos orgânicos gerados em 03 (três) sede do CREA-SP, com o fornecimento de contêiner com capacidade 1500L ou tambor com capacidade de 200L, conforme as especificadas no item 4.2 deste termo de referência e de mais insumos que se fizerem necessários para atendimento da contratação.

**3.1** Para melhores resultados / eficiência do material coletado, deve haver coletas periódicas durante a semana, sendo estas: **5 (cinco) coletas semanais de lixo orgânico, 03 (três) coletas semanais de material reciclável e 1 (uma) coleta semanal de Pilhas, baterias e lixo eletrônico na Faria Lima; 03 (três) coletas semanais de lixo orgânico/não reciclável e 01 (uma) coleta semanal de material reciclável na Nestor Pestana; 2 (duas) coletas semanais de lixo orgânico/não reciclável e 01 (uma) coleta semanal de material reciclável na Barra Funda**, conforme cronograma apresentado pela empresa contratada, quando da assinatura do contrato, de forma a evitar o acúmulo de lixo, que ocasionaria o surgimento de pragas como baratas/ratos no local, bem como doenças que advêm dessas pragas.

#### **4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:**

##### **4.1 – SUSTENTABILIDADE**

**4.1.1** A empresa contratada deverá adotar na execução dos serviços, as práticas de sustentabilidade e cumprir a legislação e normas técnicas vigentes, observando, no que couber:

a) Art. 6º da Instrução Normativa nº 01/2010 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG;



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

b) Lei nº 12.305 de 02/08/10 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei 12.305, de 2 de agosto de 2010. A Política Nacional de Resíduos Sólidos integra a Política Nacional do Meio Ambiente e articula-se com as diretrizes nacionais para o saneamento básico e com a política federal de saneamento básico, nos termos do disposto na Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.

c) Resolução CONAMA nº 401/2008 – estabelece os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio para pilhas e baterias comercializadas no território nacional e os critérios e padrões para seu gerenciamento ambientalmente adequado, e dá outras providências.

#### **4.2 – INDICAÇÃO OU VEDAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS (art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133/21)**

**4.3.1** A fim de proporcionar melhor entendimento dos elementos necessários para a completa execução da contratação, indicamos abaixo modelos de caráter meramente exemplificativo.

**4.3.2** Apenas para fim de esclarecimento, as medidas indicadas nos modelos abaixo poderão variar em até 10% para mais ou para menos, desde que não altere a capacitação mínima exigida para cada recipiente a depender do estudo de implantação que será realizado pela empresa contratada em cada sede do Conselho, adequando ao espaço fornecido para implementação.

**4.3.2.1** Contêiner de Lixo de 1000L para coleta de resíduos orgânicos/não recicláveis e resíduos recicláveis, devendo ter a diferenciação de cor para as categorias, feito em Polietileno, com rodas de PVC 8" (200mm) com núcleo de polipropileno, sendo 4 giratórios com munhão para basculamento lateral e dreno com tampa rosqueável para escoamento de líquidos, devendo o Container ser aprovado conforme norma ABNT NBR 15911-3 - capacidade 1000L Litros (9 unidades)

- Altura: 127 cm; Largura: 106 cm; comprimento: 410cm





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

Imagem meramente ilustrativa.

**4.3.2.2** Tambor de metal com tampa removível e trava para resíduos perigosos (lâmpadas e pilhas), na cor laranja – capacidade 200L Litros – (1 unidade)

- Altura: 85 cm; diâmetro: 59 cm;



Imagem meramente ilustrativa.

**4.3.2.3** Tambor em polietileno em cor azul para materiais recicláveis e preto para matéria orgânico/não reciclável com tampa removível – capacidade 200L Litros (4 unidades)

- Altura: 95cm; diâmetro: 51,5 cm;



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP



Imagem meramente ilustrativa.

#### **4.3 – EXIGÊNCIA DE AMOSTRAS/PROVA DE CONCEITO – POC (quando for o caso)**

Não se aplica.

#### **4.4 – EXIGÊNCIA DE CARTA DE SOLIDARIEDADE**

Não se aplica.

#### **4.5 – SUBCONTRATAÇÃO E CONSÓRCIOS**

**4.5.1** É admitida a subcontratação parcial do objeto, somente para a execução de DESTINAÇÃO DE MATERIAL RECICLÁVEL, conforme previsto na coleta e destinação do material reciclável.

**4.5.2** A destinação desse material será feita a associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

**4.5.3** É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação;

**4.5.3.1** A subcontratação depende de autorização prévia das Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

**4.5.3.2** Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

**4.5.3.3** A empresa Contratada será responsável pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.

**4.5.4** São vedadas:

**4.5.4.1** A subcontratação das parcelas de maior relevância técnica;

**4.5.4.2** A subcontratação de microempresas e empresas de pequeno porte que estejam participando da licitação; e

**4.5.4.3** A subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte que tenham um ou mais sócios em comum com a empresa contratante.

**4.5.4.4** Não será permitido a participação de consórcios para o objeto desta contratação.

**4.5.4.5** A vedação à participação de consórcios na licitação para coleta de lixo empresarial fundamenta-se na necessidade de garantir a responsabilidade técnica e operacional da empresa contratada. A prestação desse serviço exige estrutura consolidada e experiência comprovada, evitando a diluição de responsabilidades que poderia comprometer a execução contratual. Além disso, a restrição assegura maior facilidade na fiscalização e gestão do contrato, garantindo uma relação direta com uma única empresa responsável, sem riscos de desentendimentos internos que prejudiquem a continuidade do serviço.

**4.5.4.6** Outro fator relevante é a prevenção da formação artificial de capacidade técnica, impedindo que empresas sem experiência individual suficiente se unam apenas para viabilizar sua participação na licitação. O setor já conta com empresas especializadas e qualificadas para atender às exigências de forma independente, tornando desnecessária a participação de consórcios. Assim, a restrição busca preservar a eficiência, a segurança jurídica e a qualidade do serviço, em conformidade com os princípios da administração pública.

#### **4.6 – GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

**4.6.1** Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

**4.6.2** Não haverá exigência da garantia contratual de execução, uma vez que após a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares constatou-se a baixa probabilidade de inexecução contratual.

#### **4.7 – ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

**4.7.1** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais Cláusulas e condições do Contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do Contrato.

### **5 – ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO OBJETO**

**5.1** A execução dos serviços de coleta nas Unidades, com a respectivas quantidades de equipamentos, deverão ocorrer conforme tabela abaixo:

**Tabela 02**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

Locais de coleta	Frequência de coletas	Equipamentos a serem fornecidos
<b>Sede Faria Lima</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ 5 (cinco) coletas semanais para resíduos orgânicos / rejeitos.</li><li>▪ 3 (três) coletas semanais para material reciclável.</li><li>▪ 1 (uma) coleta mensal para lâmpadas e eletrônicos.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Conforme quantidades mínimas de equipamentos estimados na tabela 01</li></ul>
<b>Sede Nestor Pestana</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ 03 (três) coletas semanais para resíduos orgânicos / rejeitos.</li><li>▪ 1 (uma) coleta semanal para material reciclável.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Conforme quantidades mínimas de equipamentos estimados na tabela 01</li></ul>
<b>Sede Barra Funda</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ 2 (duas) coletas semanais para resíduos orgânicos / rejeitos.</li><li>▪ 1 (uma) coleta semanal para material reciclável.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Conforme quantidades mínimas de equipamentos estimados na tabela 01</li></ul>

- 5.2** Fica a cargo da empresa contratada a mobilização, assim como deverá realizar estudo de fornecimento de recipientes de armazenamento adequado para cada tipo de lixo e espaço disponível para a implantação que será realizado pela empresa contratada em cada sede do Conselho, adequando ao espaço fornecido para implementação.
- 5.3** A contratada ainda deverá dispor de balança no ato da retirada dos resíduos nas unidades, informando os valores retirados logo após a medição na unidade da contratante.
- 5.4** Os equipamentos a serem fornecidos deverão ser substituídos de acordo com a necessidade para o seu bom funcionamento, sem ônus ao Conselho.
- 5.5** Para a execução da coleta e o transporte de resíduos deverá ser observado o artigo 13 do Decreto nº 58.701/19.
- 5.6** Os equipamentos elencados nos itens na tabela 02 deste termo de referência deverão ser entregues em até 05 (cinco) dias úteis a assinatura do contrato, devendo ser realizada a troca dos equipamentos anualmente.

**6 – DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE**

- 6.1** São obrigações do Contratante:
- 6.2** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 6.3** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 6.4** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;





## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

- 6.5** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 6.6** Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 6.7** Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 6.8** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 6.9** Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal/fatura da Contratada, no que couber;
- 6.10** Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:  
Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
- 6.10.1** Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;
- 6.10.2** Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
- 6.10.3** Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 6.11** Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 6.12** Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 6.13** Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela contratada;
- 6.14** Assegurar que ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela Contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.
- 6.15** Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 6.16** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

**6.17** A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

**6.18** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

**6.19** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **7 – DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

**7.1** Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência em sua proposta;

**7.2** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**7.3** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos a Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

**7.4** Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

**7.5** Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

**7.6** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa Contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal/Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea “c” do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGESP/MP nº 5/2017;

**7.7** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

**7.8** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

**7.9** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

**7.10** Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

**7.11** Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

**7.12** Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

**7.13** Conduzir os trabalhos com estrita observância à normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

**7.14** Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo;

**7.15** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

**7.16** Manter toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**7.17** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei 13.146, de 2015.

**7.18** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**7.19** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação.

**7.20** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

**7.21** Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

**8 – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**8.1 – DEFINIÇÃO DE COMO DEVE SER EXECUTADO O OBJETO DO CONTRATO E COMO ESTE DEVERÁ PRODUZIR OS RESULTADOS PRETENDIDOS DESDE SEU INÍCIO E ATÉ SEU ENCERRAMENTO**

**8.1.1** Critério de Aceitação – Índice de Medição de Resultado

<b>Indicador 1</b>	
<b>Indicador de Qualidade</b>	Cumprimento do cronograma mensal de coletas de resíduos sólidos orgânicos/rejeitos
<b>Meta</b>	100% de coletas realizadas de acordo com cronograma do Crea-SP
<b>Forma de Cálculo</b>	Desconto sobre o valor mensal, conforme segue: 1) até 3 ausências/mês = 0% de desconto 2) 4 ou 5 ausências/mês = 10% de desconto 3) acima de 5 ausências/mês = 5% de desconto por ausência
<b>Ferramentas</b>	Controle por meio de manifesto de carga / recibo de retirada
<b>Periodicidade Aferição</b>	Mensal

<b>Indicador 2</b>	
<b>Indicador de Qualidade</b>	Cumprimento do cronograma mensal de coletas de material reciclável
<b>Meta</b>	100% de coletas realizadas de acordo com cronograma do Crea-SP
<b>Forma de Cálculo</b>	Desconto sobre o valor mensal, conforme segue: 1) até 3 ausências/mês = 0% de desconto 2) 4 ou 5 ausências/mês = 10% de desconto 3) acima de 5 ausências/mês = 5% de desconto por ausência
<b>Ferramentas</b>	Controle por meio de manifesto de carga / recibo de retirada
<b>Periodicidade Aferição</b>	Mensal

<b>Indicador 3</b>	
<b>Indicador de Qualidade</b>	Cumprimento de prazo de atendimento para coleta de Resíduos Classe I (Pilhas / Baterias e Resíduos Tecnológicos / Lixo Eletrônico / Lâmpadas Fluorescentes)



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

<b>Meta</b>	100% de coletas realizadas no prazo contratado
<b>Forma de Cálculo</b>	Desconto sobre o valor mensal, conforme segue: 1) atendimento em até 5 dias = 0% de desconto 2) atendimento entre 6 e 10 dias = 10% de desconto 3) atendimento após 10 dias = 2% de desconto
<b>Ferramentas</b>	Controle por meio de manifesto de carga / recibo de retirada
<b>Periodicidade Aferição</b>	Mensal
<p><b>8.1.2</b> O Crea-SP pagará somente pelos serviços efetivamente prestados.</p> <p><b>8.1.3</b> A avaliação da execução do objeto utilizará Índice de Medição de Resultado (IMR) disposto no item 8.1.1 deste instrumento, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a Contratada:</p> <p>a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou</p> <p>b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada”.</p> <p>-A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.</p> <p><b>8.1.4</b> A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:</p> <p><b>8.1.4.1</b> A análise dos referidos itens será realizada mensalmente quando do Recebimento Provisório, com base nos relatórios entregues pela empresa e meio do controle de manifesto de carga / recibo de retirada;</p> <p><b>8.1.4.2</b> Caso a Contratada atinja todas as metas indicadas no IMR, não serão efetuados nenhum tipo de desconto/glosa sobre o valor devido pelos serviços;</p> <p><b>8.1.4.3</b> Caso constatado o não cumprimento de alguma das metas, deverá ser calculado pelo Crea-SP o valor a ser glosado, sendo este informado à Contratada para a emissão da Nota Fiscal já com o valor corrigido;</p> <p><b>8.1.4.4</b> Os resultados dos IMR deverão constar nos respectivos Termos de Recebimento Definitivo;</p> <p><b>8.1.4.5</b> O valor a ser glosado será calculado mensalmente, de acordo com o percentual de desconto informado no respectivo indicador.</p> <p><b>8.1.5</b> Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:</p> <p><b>8.1.5.1</b> Não produziu os resultados acordados;</p> <p><b>8.1.5.2</b> Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;</p> <p><b>8.1.5.3</b> Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demanda.</p>	
<b>8.2 – LOCAL DE ENTREGA/EXECUÇÃO DO SERVIÇO</b>	
<b>8.2.1</b> Relação das sedes:	



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

**Sede 01 Faria Lima** – endereço: Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1059 – Pinheiros-SP  
**Sede 02 Nestor Pestana** – endereço: Rua Nestor Pestana, 87 – Consolação-SP  
**Sede 03 Barra Funda** – endereço: Rua José Gomes Falcão, 120 A/B – Barra Funda - SP

#### **8.3 – PRAZO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO/FORNECIMENTO (Informar prazo de prorrogação e índice de reajuste contratual – art. 105 ao 114 da Lei 14.133/21)**

**8.3.1** O prazo de execução do contrato será de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado consecutivamente no período máximo decenal, conforme disposto no artigo 107 da Lei nº 14.133/21.

**8.3.2** Em caso de reajuste do contrato o índice aplicado será o **IPC-FIPE**.

#### **8.4 – ROTINAS DE EXECUÇÃO**

##### **8.4.1 Modelo de Gestão de Contrato e Critérios de Medição e Pagamento**

**8.4.1.1** Após o término de cada período mensal, a Contratada elaborará Relatórios contendo os quantitativos totais mensais das coletas efetuadas de resíduos orgânicos, do total em quilo do material reciclável retirado e do material Classe I;

**8.4.1.2** Deverão ser separados no relatório os quantitativos de coletas de resíduos orgânicos/lixo comum dos relativos a material reciclável, para efeitos de faturamento e estatística.

**8.4.1.3** A execução dos serviços será mensurada seguindo os seguintes parâmetros:

- a) Coleta de Material Reciclável: será pesado a cada coleta para apurar o total mensal;
- b) Coleta do Lixo Comum: será medido mensalmente por saco de 100 litros coletado;
- c) Coleta de Resíduos Classe I – Pilhas / Baterias e Resíduos Tecnológicos/lixo eletrônico: será medido por quilo coletado;
- d) Coleta de Resíduos Classe I – Lâmpadas fluorescentes: será medido por Coleta efetuada e por quantidade de lâmpada coletada;

**8.4.1.4** A contratada deverá apresentar certificados e/ou outros documentos que comprovem a destinação ambientalmente correta dos resíduos coletados.

##### **8.4.2 Recebimento e Aceitação do Objeto**

**8.4.2.1** A emissão da Nota Fiscal / Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo do objeto contratual, nos termos abaixo.

**8.4.2.2** No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a Contratada deverá entregar toda a documentação do item 8.4.1.4 e item 8.4.2.1, da seguinte forma:

- a) A Contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.
- b) Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- c) A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

d) O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

e) No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da Contratada, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

f) Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Relatório Circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão cerca das ocorrências na execução do contrato, em relação a fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

g) Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do Relatório Circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

h) Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

**8.4.2.3** No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

- a) Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;
- b) Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- c) Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Índice de Medição de Resultado (IMR).
- d) O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406 de 2002).
- e) Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

#### **8.5 – MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO ENTRE A CONTRATADA E A ADMINISTRAÇÃO**

**8.5.1** Serão utilizados os seguintes canais de comunicação e acompanhamento da execução do contrato:

- a) Correio eletrônico (e-mail);
- b) Ofício;
- c) Pedido de Compras/Ordem de Serviços; e
- d) Atas de reuniões redigidas pela Fiscal Administrativo e validada pelo Gestor do Contrato, Fiscal Técnico e Preposto da CONTRATADA.

**8.5.2** Toda a comunicação, referente à prestação de serviço, deverá ser encaminhada para os endereços de e-mail do gestor, fiscal técnico e fiscal administrativo, que serão informados à EMPRESA CONTRATADA após a assinatura do contrato.



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

#### **9 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

**9.1** Do recebimento do objeto do contrato (art. 140 da Lei 14.133/21) quando couber.

**9.2** O Crea-SP pagará somente pelos serviços efetivamente prestados.

**9.3** A avaliação da execução do objeto utilizará Índice de Medição de Resultado (IMR) disposto no Item “8.1” deste instrumento, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a Contratada:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada”.

**9.4** A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

**9.5** A análise dos referidos itens será realizada mensalmente quando do Recebimento Provisório, com base nos relatórios entregues pela empresa.

**9.6** Caso a Contratada atinja todas as metas indicadas no IMR, não serão efetuados nenhum tipo de desconto/glosa sobre o valor devido pelos serviços;

**9.7** Caso constatado o não cumprimento de alguma das metas, deverá ser calculado pelo Crea-SP o valor a ser glosado, sendo este informado à Contratada para a emissão da Nota Fiscal já com o valor corrigido;

**9.8** Os resultados dos IMR deverão constar nos respectivos Termos de Recebimento Definitivo;

**9.9** O valor a ser glosado será calculado mensalmente, de acordo com o percentual de desconto informado no respectivo indicador.

**9.10** Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

**9.10.1** Não produziu os resultados acordados;

**9.10.2** Não deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

**9.10.3** Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

#### **10 - DO PAGAMENTO**

**10.1** O pagamento da obrigação deverá ocorrer trinta dias contados do atesto da Nota Fiscal ou Fatura.

**10.2** O pagamento será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente entregues.





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

**10.3** Retenção de impostos: O CREA-SP efetuará a retenção dos impostos eventualmente incidentes sobre o valor do bem/serviço conforme previsto na legislação aplicada.

**10.4** O pagamento será creditado em conta corrente, por meio de ordem bancária a favor de qualquer instituição bancária indicada na Nota Fiscal, devendo, para isso, ficar explícito o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

**10.5** Caso a Contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos, de acordo com a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

**10.6** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CREA-SP.

**10.7** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**10.8** Antes de cada pagamento à Contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital.

**10.9** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CREA-SP.

**10.10** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo CREA-SP, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula, conforme previsto no ANEXO XI da IN 05/2017:

**EM** =  $I \times N \times VP$ , sendo:

**EM** = Encargos moratórios;

**N** = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

**VP** = Valor da parcela a ser paga;

**I** = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	(6 / 100)	I = 0,00016438
		365	
TX = Percentual da taxa anual = 6%			



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

#### **11 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (COMO A EXECUÇÃO DO OBJETO SERÁ ACOMPANHADA E FISCALIZADA)**

**11.1** Os serviços deverão ser realizados mensalmente.

**11.2** O Crea-SP pagará somente pelos serviços efetivamente prestados.

**11.3** Sempre que previsto, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

**11.3.1** Deixou de utilizar materiais e recursos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**11.3.2** A utilização das avaliações previstas não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

**11.3.3** A aferição da execução contratual para fins de pagamento será realizada por meio Recebimento Provisório, com base nos relatórios entregues pela empresa.

#### **12.1 DA GESTÃO CONTRATUAL**

##### **12.1.1 GESTÃO DO CONTRATO:**

**12.1.1.1** A gestão do Contrato será acompanhada pelo Gestor e fiscais do futuro contrato, designados mediante Portaria da autoridade competente, após a assinatura do Contrato

**12.1.1.2** O Gestor do Contrato poderá, sempre que necessário, exigir entregas de relatórios do prestador de serviço/fornecedor, referente à execução do Contrato, indicando nesta ocasião o formato e a periodicidade de entrega.

**12.1.1.3** Os serviços serão avaliados pelo Fiscal Técnico e/ou Gestor do Contrato, com base nas especificações constantes deste Termo de Referência.

##### **12.1.3 PREPOSTO DA CONTRATADA:**

**12.1.2.1** Fica estabelecido que o preposto da CONTRATADA para representá-la perante o CONTRATANTE na execução do futuro contrato será a pessoa indicada pela respectiva CONTRATADA.

**12.1.2.2** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o CREA-SP poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**12.1.2.3** A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

**12.1.2.4** O CREA-SP poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

#### **12.2 DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL**



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

- 12.2.1.** Não obstante a CONTRATADA ser a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, à CONTRATANTE, através da fiscalização do contrato, é reservado o direito de, sem de qualquer forma restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização dos serviços, diretamente ou por prepostos designados, podendo para isso:
- 12.2.2.** Solicitar à CONTRATADA a substituição de qualquer método e/ou funcionário, cuja atuação considere prejudicial ou inadequado;
- 12.2.3.** Vetar o prosseguimento normal do serviço, baseados na legislação em vigor;
- 12.2.4.** Verificar o cumprimento pela CONTRATADA das cláusulas do contrato e adotar medidas necessárias quanto à regularização de eventuais transgressões;
- 12.2.5.** Receber da CONTRATADA, documentação pertinente ao serviço ou as questões que envolvam o serviço, sempre que solicitado em prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas;
- 12.2.6.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.
- 12.2.7.** A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus fiscais, de conformidade com o art. 118 da Lei nº. 14.133, de 2021;
- 12.2.8.** Compete ao fiscal do Contrato efetuar a conferência dos valores faturados e a constatação da adequação do objeto contratado às especificações constantes do processo e demais documentações contratuais, para que se proceda o pagamento;
- 12.2.9.** Compete ao fiscal do contrato fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços, em especial quanto à quantidade e qualidade dos serviços executados e peças e insumos substituídos, fazendo cumprir a lei e as disposições do presente Contrato.
- 12.2.10.** Exigir da CONTRATADA a imediata correção de serviços mal executados ou até mesmo solicitar a paralisação temporária caso seja constatada alguma irregularidade e exigir substituição de peças em desacordo com o especificado no Contrato ou que apresentarem defeito.
- 12.2.11.** Fiscalizar e exigir que a CONTRATADA mantenha o seu pessoal uniformizado, devidamente identificado por meio de crachás, contendo nome completo, função, fotografia recente, número de RG, bem como complementos pertinentes à boa realização dos serviços;
- 12.2.12.** Verificar e exigir a execução das rotinas de serviços periódicos estabelecidos neste Termo de Referência;

## 13 – ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

Item	Descrição	Periodo	Qtd. (A)	Unid.	Valor Unitário (B)	Valor total mensal (C) = (A x B)	Valor GLOBAL (D) = (C x 24)
1	Prestação do Serviço de Coleta e destinação ambientalmente adequada de resíduos orgânicos/rejeitos (Sacos de 100 l)	mensal	1.000	sacos	16,85	16.846,28	404.310,72
2	Pilhas, baterias e lixo eletrônico acondicionados em 1 tambor apropriado de 200 litros	mensal	6	kg	156,86	941,14	22.587,43
3	Lâmpadas Fluorescentes	mensal	50	unidade	6,55	327,50	7.860,00
VALOR SERVIÇOS DE COLETA							434.758,15
4	VALOR ABATIMENTO: Referente à alienação de material reciclável	mensal	1.840	kg	-0,035	- 64,40	- 1.545,60
VALOR ABATIMENTO							- 1.545,60
5	Saco de lixo comum de 100L	mensal	1.000	unidades	0,50	496,40	11.913,60
6	Saco de lixo reciclável 100L(cor diferenciada)	mensal	68	unidades	0,63	42,81	1.027,34
7	Recipientes de armazenamento adequado para cada tipo de lixo e espaço disponível	mensal	14	unidades	95,00	1.330,00	31.920,00
VALOR FORNECIMENTO							44.860,94
VALOR TOTAL PARA 24 MESES							481.164,69



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

#### 14 – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

**14.1** Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor são:

**14.1.1** Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

**14.1.2** Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

**14.1.3** Deverá haver comprovação da experiência mínima de 1 (um) ano na prestação de serviços, para o percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento) do objeto deste instrumento, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de período ininterrupto, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

**14.1.4** Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

**14.1.5** Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017.

**14.1.6** Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017.

**14.1.7** O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017.

**14.1.8** A **licitante deverá ainda** ser devidamente cadastrada na AMLURB, assim como ser observado os requisitos do Decreto 58.701/2019.

**14.2** As necessidades de qualificação técnica bem como se as exigências são usuais de mercado.

#### 15.1 – REGIME DE EXECUÇÃO – OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA - (ART. 46 DA LEI 14.133/21)

Não se aplica

#### 15.2 – ADJUDICAÇÃO DO OBJETO (DAS COMPRAS CONFORME ART. 40 DA LEI 14.133/21)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

Não se aplica
<b>16 – FONTE DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS</b>
<b>16.1 – CONTA ORÇAMENTÁRIA</b>
08.04.06.01 – Unidade de Serviços e Manutenção - USM
<b>16.2 – CENTRO DE CUSTO</b>
6.2.2.1.1.01.04.09.056 – Demais Serviços de Terceiros - PJ
<b>17 – VISTORIA</b>
<p>17.1 A visita técnica é <b>facultativa</b> e representará a oportunidade para os licitantes interessados conhecerem as características e especificações, condições especiais ou dificuldades que possam interferir na execução dos trabalhos, além de fazerem todos os questionamentos e solicitações técnicas que acharem necessários para elaboração de suas propostas comerciais, não cabendo ao CREA-SP nenhuma responsabilidade em função de insuficiência dos dados levantados por ocasião da visita técnica, ou, pela não realização da visita técnica facultativa.</p> <p>17.2 A visita técnica facultativa poderá ser realizada pelos licitantes para efetivo conhecimento dos serviços e condições que possam influir na elaboração da sua proposta. Deverá ser realizada por representante designado com credencial assinada pelo responsável da empresa, conferindo-lhe poderes para vistoriar as localidades onde serão prestados os serviços.</p> <p>17.3 Assim sendo, caso o licitante que venha a ser contratado não tenha realizado a visita, não poderá deixar de realizar o serviço nos termos e condições pactuadas, sob a alegação de não ter tido ciência de tais condições.</p> <p>17.4 O prazo para a visita técnica iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.</p> <p>17.5 <b>Para o agendamento da visita técnica facultativa, o interessado deverá manter contato com o(a) Sr.(a) Nádia Christina Guariente e Aldo Antonio da Silva da Unidade de Serviços e Manutenção , em dias úteis, de segunda a sexta-feira, no horário das 09:00h às 16:30h, pelo telefone (11) 3095-6411, ou e-mail: aldo.silva1161@creasp.org.br</b></p> <p>17.6 Todos ônus e custos incorridos pelos mesmos, para efetuarem a visita, são de responsabilidade do licitante.</p> <p>17.7 <b>Quando da realização da visita técnica (facultativa) pelos interessados, o representante do CREA- SP emitirá Declaração de Vistoria.</b></p> <p>17.8 <b>A Declaração de Vistoria deverá ser entregue juntamente com os documentos de habilitação.</b></p> <p>17.9 Sendo facultativa a visita técnica, a não realização desta não será motivo de inabilitação, porém, o licitante deverá <b>entregar juntamente com os documentos de habilitação a declaração de renúncia de vistoria</b>, que concorda com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, e que, ainda, de pleno conhecimento dessas condições pré-existentes, assume a execução do objeto e isenta o CREA-SP de toda</p>



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

e qualquer responsabilidade pela ocorrência de eventuais prejuízos que possa a vir a sofrer, em virtude de sua omissão na verificação das condições do local de execução do objeto do certame.

#### 18 – PROCEDIMENTOS PARA APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**18.1** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**18.2** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**18.2.1 Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**18.2.2 Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**18.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**18.2.4 Multa:**

- a) moratória de 0,1% (0,1 por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- b) *O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*
- c) compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total o objeto;

**18.3.1** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

**18.3.2** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**18.3.2.1** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

**18.3.2.2** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**18.3.2.3** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**18.4** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**18.5** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**18.6** O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

**18.7** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.